

Capital social e desenvolvimento endógeno no assentamento Itamarati em Ponta Porã-MS

Aline Robles Brito

Instituto Federal de Mato Grosso do Sul (IFMS/Campus Ponta Porã)

Carlos Otávio Zamberlan

Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional e de Sistemas Produtivos / Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (PPGDRS/UEMS)

Recebido: 10/04/2019 Versão revisada (entregue): 01/08/2020 Aprovado: 07/08/2020

Resumo

O objetivo do artigo é analisar as contribuições do capital social dos membros da Cooperativa dos Produtores Rurais do Assentamento Itamarati II para o seu desenvolvimento. Inicialmente, faz-se breve revisão bibliográfica acerca da evolução e importância da agricultura familiar no contexto brasileiro e empreende-se uma análise conceitual ao relacionar as dimensões do capital social com o arcabouço teórico sobre desenvolvimento endógeno. Em seguida, propõe-se uma análise empírica, de natureza quanti-qualitativa, direcionada aos membros da cooperativa, visando complementar com uma análise “teoria-prática”. Para essa etapa, elaborou-se um questionário adaptado para a realidade local, fundamental para nortear entrevistas realizadas em dezembro de 2016. Entre os principais resultados, constatou-se que as atividades da cooperativa têm fomentado: as relações externas do assentamento com a sociedade, por meio do comércio e do abastecimento; as relações internas entre os cooperados, ao desempenhar o papel de “mediadora social”, promovendo ações direcionadas ao bem-estar da coletividade; e o fortalecimento endógeno de um assentamento rural.

Palavras-chave | Agricultura familiar; assentamento rural; cooperativismo; desenvolvimento endógeno; Mato Grosso do Sul.

Classificação JEL | J54 Q13 R14

Social capital and endogenous development at the Itamarati settlement in Ponta Porã-MS

Abstract

The objective of this article is to analyze the contributions brought by the social capital of the Cooperative of the Rural Producers of the Itamarati II settlement members for the endogenous development in the settlement. Initially, a brief bibliographical review about the evolution and importance of family agriculture in the Brazilian context is explored and a conceptual analysis is

undertaken by relating the dimensions of social capital to the theoretical framework on endogenous development. Next, we propose an empirical analysis, of a quantitative-qualitative nature, directed to the members of the cooperative in order to complement with a “theory-practice” analysis. For this stage, a questionnaire (with open and closed questions) was adapted to the local reality, which was fundamental to guide the interviews conducted in December 2016. Among the main results, it was observed that the activities carried out by the cooperative have promoted the external relations of the settlement with society, through trade and supply; the internal relations among the cooperative, by playing the role of “social mediator” promoting actions directed to the welfare of the community; and the endogenous strengthening of a rural settlement.

Keywords | Cooperativism; endogenous development; family farming; Mato Grosso do Sul; rural settlement.

JEL Classification | J54 Q13 R14

Capital social y desarrollo endógeno en el asentamiento Itamarati en Ponta Porã-MS

Resumen

El objetivo del artículo es analizar las contribuciones del capital social de los miembros de la Cooperativa de los Productores Rurales del Asentamiento Itamarati II para su desarrollo. Inicialmente, se explora una breve revisión bibliográfica, acerca de la evolución e importancia de la agricultura familiar en el contexto brasileño y se emprende un análisis conceptual al relacionar las dimensiones del capital social con el marco teórico sobre desarrollo endógeno. A continuación, se propone un análisis empírico, de naturaleza cuanti-cualitativa, dirigida a los miembros de la cooperativa, para complementar con un análisis “teoría-práctica”. Para esta etapa, se elaboró un cuestionario adaptado para la realidad local, fundamental para orientar las entrevistas realizadas en diciembre de 2016. Entre los principales resultados, se constató que las actividades de la cooperativa han fomentado: las relaciones externas del asentamiento con la sociedad, a través del comercio y del abastecimiento; las relaciones internas entre los cooperados, al desempeñar el papel de “mediadora social”, promoviendo acciones dirigidas al bienestar de la colectividad; y el fortalecimiento endógeno de un asentamiento rural.

Palabras clave | Agricultura familiar; asentamiento rural; cooperativismo; desarrollo endógeno; Mato Grosso do Sul.

Clasificación JEL | J54 Q13 R14

Introdução

Mato Grosso do Sul tem sido visto como o “celeiro” do Brasil em virtude de suas atividades produtivas prioritariamente ligadas à agropecuária, setor que se destaca como a principal fonte de expansão da renda e sustentação econômica do estado (SEMADE, 2015). Entretanto, ressalta-se que as terras agricultáveis sul-mato-

grossenses se diferem de outros estados também ditos “rurais”, a exemplo de Goiás, Mato Grosso, Rio Grande do Sul, Paraná, entre outros, por serem, em sua maioria, pertencentes a grandes proprietários rurais.

Na perspectiva de Melo (2017), a concentração de terras foi resultante do estabelecimento de políticas, leis e decretos governamentais que favoreceram a apropriação de grandes áreas como forma de incentivo para motivar a migração e ocupação na região, o que ocorreu antes da década de 1970, quando o estado ainda era parte do antigo Mato Grosso. Desde então, nos últimos anos, a estrutura fundiária estadual tem sido pauta de discussões em debates e reivindicações no meio rural sul-mato-grossense. A questão posta é: como promover esse crescimento e, concomitantemente, o desenvolvimento social da população em geral?

Embora a distribuição das terras esteja concentrada em grandes estabelecimentos, o que se observa, recentemente, é um crescente número de pequenos empreendimentos, representando aproximadamente 65% do total de estabelecimentos rurais. Comparando-se ao ano de 1996, corresponde a um acréscimo superior a 11% (IBGE, 2009), o que pode ser explicado pelas inúmeras demarcações territoriais e a constituição de novos assentamentos rurais ocorridos nesse período no estado (INCRA, 2017).

Tais transformações no campo tendem a oportunizar o surgimento de novos atores locais que interferem no desenvolvimento regional. Ademais, as mudanças ocorridas em uma região podem ser de forma espontânea ou induzida por elementos endógenos (internos) ou exógenos (externos) ao espaço regional e serem conceituadas como *desenvolvimento local/regional/territorial*. Cabe salientar aqui que, apesar de seus significados singulares, em essência, os efeitos desse termo são unificados e referem-se ao que se entende por desenvolvimento endógeno.

Em contexto, desenvolvimento endógeno é um processo de crescimento econômico que provoca um aumento constante na capacidade de agregação de valor sobre a produção da região, resultando na ampliação do emprego, do produto, da renda e do bem-estar social, concomitante ao surgimento do protagonismo de atores locais, que interagem em laços de cooperação territorial e constituem o capital social de uma região (AMARAL FILHO, 2001; SIEBERT, 2006). Tais laços são claramente percebidos nos sistemas produtivos da agricultura familiar e em suas relações sociais.

A agricultura familiar é definida como aquela praticada pela família que, além de ter a propriedade sobre a terra, assume a responsabilidade de exercer o trabalho necessário ao processo produtivo, desde a organização do trabalho até a definição dos objetivos da produção ao longo do tempo (SOUZA, 2002). Assim, a importância desta forma de produzir vai além do valor financeiro que agrega a determinada região.

Neste sentido, a criação de cooperativas e associações se constituem como importantes canais de organização da produção, agregação de valor e comercialização da produção das famílias em um contexto participativo (RIBEIRO; NASCIMENTO; SILVA, 2012). Evidencia-se, portanto, a relevância do Capital Social, entendido como “o conjunto das características da organização social, que englobam as redes de relações, normas de comportamento, valores, confiança, obrigações e canais de informação” (SOUSA, 2015, p. 27).

Esse artigo tem como objetivo analisar as contribuições trazidas pelo capital social de um grupo específico de agricultores familiares que são membros da Cooperativa dos Produtores Rurais do Assentamento Itamarati II (Cooperai) e como afeta o desenvolvimento endógeno do assentamento. Para tanto, a revisão bibliográfica se concentrou na evolução e importância da agricultura familiar no contexto brasileiro e, também, empreendeu-se uma análise conceitual ao relacionar as dimensões do capital social com o arcabouço teórico sobre desenvolvimento endógeno.

Do ponto de vista metodológico, promoveu-se uma análise descritiva e exploratória a partir de informações coletadas em visitas de campo às propriedades de alguns cooperados. Nessas ocasiões, realizou-se entrevistas, as quais foram norteadas por questionário composto por perguntas fechadas e abertas, com base nas seis dimensões apresentadas do *Questionário Integrado para Medir Capital Social* (QI-MCS) do Banco Mundial (2003).

O artigo estrutura-se em quatro seções, além desta introdução e das considerações finais. Nas duas seções seguintes apresenta-se a discussão teórica acerca da evolução e da importância econômica e social da agricultura familiar para o desenvolvimento rural. Ainda se resgatam os fundamentos acerca de capital social, suas dimensões, definições e a sua relevância para o desenvolvimento regional ao empreender uma visão analítica sobre o capital social da agricultura familiar. Em seguida apresentam-se detalhadamente os materiais e métodos aplicados na pesquisa empírica. Na última seção é feita uma análise dos dados e das informações obtidas à luz da realidade da Cooperai e do Assentamento Itamarati.

Agricultura familiar: evolução e importância para o desenvolvimento rural brasileiro

As transformações vivenciadas no Brasil e no mundo a partir do surgimento da indústria interferiram intensamente no meio rural, a exemplo do desenvolvimento das áreas urbanas que culminou no êxodo rural, provocando congestionamento do mercado de trabalho nos centros urbanos e certa “desvalorização” do modelo “camponês”.

Além disso, com a modernização no campo, introduzida pelas novas técnicas e implementação tecnológica afloradas com a Revolução Verde¹, na década de 1940, alguns produtores rurais acabaram marginalizados por não conseguirem alavancar seus processos produtivos e “enquadrar-se” no novo modelo produtivista. Tal processo afetou principalmente as pequenas propriedades rurais. Assim, no decorrer das mudanças no meio rural, surgiu a necessidade de se reconstituir um importante segmento: a agricultura familiar.

Segundo Wanderley (1999), a agricultura familiar pode ser entendida em situações em que a família, além de ser a proprietária dos meios de produção e da força do trabalho a ser empregada, assume também o direcionamento e as consequências de sua atividade produtiva em suas relações econômicas e sociais, tanto internas como externas. Ou seja, na essência da estrutura produtiva familiar observa-se com um tripé “família-produção-trabalho”.

Por outro lado, apesar da agricultura familiar estar fundamentada no campesinato, ela difere ao desenvolver novas formas de reprodução e ao buscar comunicar-se com o espaço urbano (FERREIRA, 2004).

A agricultura familiar desenvolve sistemas complexos de produção ao combinar várias culturas, criações de animais e transformações primárias que são feitas mediante a necessidade de consumo da família e o abastecimento do mercado. Porém, a propriedade é percebida além de uma unidade produtiva (BUAINAIN; ROMEIRO, 2000).

Portanto, foi com as mudanças agrárias decorridas dos últimos anos que os pequenos produtores passaram a buscar novas alternativas para se adaptar e sobreviver nesse contexto produtivo excludente, por ser altamente tecnológico, competitivamente desleal e essencialmente capitalista. A agricultura familiar é uma evolução do campesinato tradicional, diferindo a percepção que a terra é muito mais que uma unidade produtiva: é uma fonte de perenização no campo e sobrevivência do produtor e sua família.

Em razão disso, torna-se preponderante que a gestão dos processos produtivos familiares possua uma abrangência maior entre objetivos produtivos e as necessidades da família, levando-se em consideração tanto os aspectos econômicos como os sociais. Ou seja, além de manter a subsistência familiar, a unidade produtiva precisa necessariamente comunicar-se com as áreas urbanas a fim de desenvolver-se socialmente.

Sobre isso, Mattei (2014) acredita que a agricultura familiar se encontra em evidência no meio rural por ser uma forma de produção que ao agregar famílias

¹ Revolução Verde é um termo genérico que remete a um período de intensas e marcantes transformações no meio rural, tanto no âmbito econômico como no social, que incorporou um modelo produtivo baseado na disseminação da mecanização e na utilização de insumos e defensivos agroquímicos (SCHNEIDER, 2009).

com as propriedades agrícolas e o trabalho na terra, cultua concomitantemente diversos valores e tradições de uma região, que se tornam fundamentais na constituição da riqueza local e de sua diversidade econômica, social e cultural, e ainda interferem nas dinâmicas produtivas do campo.

Todavia, no atual cenário capitalista e globalizado, essa categoria rural depara-se com grandes desafios e por isso, instaurou-se em várias partes do país estudos e discussões sobre iniciativas públicas que fortaleçam e valorizem a agricultura familiar brasileira. Essas lutas revelam uma série de fatores que relacionam a importância da agricultura familiar com o desenvolvimento rural. Sob essa perspectiva, Silva e Mendes (2009, p.1) enfatizam que:

As discussões sobre a importância social, econômica e cultural da agricultura familiar na sociedade contemporânea ganharam novo fôlego, propiciando um ambiente favorável para o debate da importância dessas unidades produtivas para a agricultura e para a sociedade. Nesse sentido é retomada a necessidade de redistribuição da propriedade fundiária e da renda, promovendo, também, a necessidade de compreender suas estratégias de reprodução, suas resistências e suas potencialidades.

Nesse contexto, a criação da Lei 11.326/2006 foi fundamental para regulamentar este segmento rural como uma categoria social possibilitando ainda um direcionamento de políticas públicas específicas que proporcionassem suporte técnico e financeiro, que são comprovadamente cruciais para perenizar a participação da agricultura familiar, tornando-a uma fonte de desenvolvimento social e econômico para as regiões.

Com esta regulamentação foram estabelecidas algumas diretrizes para que um produtor rural seja considerado um empreendedor ou agricultor familiar. Estas consistem em: i) possuir área do imóvel até quatro módulos fiscais; ii) utilizar a mão de obra da própria família nas atividades econômicas; iii) ter renda familiar predominantemente originadas destas atividades econômicas da família; e iv) dirigir o estabelecimento com sua família (MATTEI, 2014).

Entretanto, Buainain et al. (2005) acreditam que é preciso ampliar este escopo e considerar como agricultores familiares todos aqueles produtores que trabalham de acordo com duas condições básicas: i) a direção dos trabalhos realizados no estabelecimento deve ser feita pelo produtor rural, e ii) a mão de obra familiar utilizada deve ser superior à contratada.

Ampliando essa visão conceitual, Rambo, Tarsitano e Laforga (2016) afirmam que é fundamental considerar que a importância da agricultura familiar para o desenvolvimento rural do país vai além do escopo econômico. Ou seja, a geração de empregos e renda, a redução da pobreza e da fome por meio da produção de

alimentos para a subsistência é igualmente importante a inclusão social desses produtores com a sociedade em geral.

Feijó (2011), acrescenta que ao tratar de desenvolvimento rural por meio da agricultura familiar não pode se limitar meramente à questão da reforma agrária, que, embora seja condição necessária, não é o suficiente, pois é preciso desenvolver o meio “social” rural visando além da distribuição equitativa de terras e os aspectos econômicos, mas também em oferecer condições para manter os pequenos produtores no campo, e ainda atrair os novos.

Contextualizando, em meio às dinâmicas que envolvem o meio rural, a questão fundiária também se encontra em constante processo de reestruturação. Este é um processo que – sob a ótica territorialista – recebe influência com a formação dos assentamentos rurais, assim, torna-se relevante abordar aspectos que vão além do geográfico destes espaços sociais.

Bergamasco e Norder (1996 apud SANGALLI, 2013, p. 25), ratificam que um assentamento pode ser definido “como a criação de novas unidades de produção agrícola, por meio de políticas governamentais que visam o reordenamento do uso da terra, a fim de beneficiar trabalhadores rurais sem ou com pouca terra”.

Fica evidente que o poder público possui um papel determinante nessa redistribuição fundiária. A partir do momento em que essas unidades produtivas são formadas, os assentados também recebem responsabilidades e direitos sobre o uso da terra.

Sobre isso, Terra (2009, p. 44) afirma que “o acesso à terra indica uma reterritorialização, materializada na recriação do lugar a partir da inserção de novos elementos e perspectivas no espaço rural”. O autor ainda pressupõe que a reterritorialização promove diversas mudanças, tanto ao que se refere ao processo produtivo como nas relações sociais do grupo contemplado. Assim, os assentamentos rurais, enquanto espaços singulares, vêm assumindo um importante papel na atualidade, ao configurar a prática social que favorece a sociedade brasileira instituindo novas territorialidades no espaço rural (TERRA, 2009).

Portanto, percebe-se que a formação dos assentamentos rurais passa a ser de fundamental importância para o desenvolvimento no campo, favorecendo a distribuição equitativa do uso das terras, consideradas até então “improdutivas” e que além de maximizar o potencial produtivo e econômico, acaba incluindo pessoas que veem na terra, a fonte de sobrevivência para si e sua família.

Por fim, entende-se que é por meio dos assentamentos rurais que os agricultores familiares são incluídos, e, juntos, podem fomentar os processos produtivos de determinada localidade ou região. Esse processo ocorre por meio da criação novas relações sociais, e, conseqüentemente, acabam reduzindo a superlotação dos centros urbanos advindos pelo êxodo rural e estreitam as relações entre o rural e o

urbano, tornando possível a atuação de novos atores ou grupos sociais a fim de contribuir com o desenvolvimento regional.

Capital social e desenvolvimento regional: as contribuições trazidas de um capital social familiar

Para Lima (2016), o desenvolvimento regional caracteriza-se de duas formas: como uma etapa ou como um processo. A primeira indica o grau do progresso no aspecto produtivo e da qualidade de vida para o bem-estar social. Enquanto o segundo refere-se à necessidade da aplicação de políticas e ações para que se alcance elevados estágios de desenvolvimento. O autor salienta, ainda, que a ideia central de desenvolvimento regional ocorre quando se conhece os mecanismos do processo, identifica-se os estágios em que se encontra a economia da região e institui-se os subsídios necessários para que haja o avanço nos espaços periféricos.

Sobre esse processo de identificação, Diniz, Santos e Crocco (2006, p. 93) complementam que “o potencial produtivo de uma região pode estar relacionado com a sua posição geográfica em relação a mercados e portos, com a experiência produtiva prévia, com as lideranças empresariais, com o conhecimento acumulado”. Haddad (2009) corrobora, enfatizando que o crescimento econômico regional de longo prazo possui fatores determinantes como o capital humano, as habilidades pessoais e suas relações sociais.

Nesse sentido, para que o desenvolvimento de uma região seja duradouro, exige-se uma avaliação de “dentro para fora”, evidenciando as possíveis potencialidades e as externalidades que permeiam aquele meio em diversos aspectos: produtivos, geográficos, econômicos, comerciais, tecnológicos, políticos e sociais. Toda essa análise interna caracteriza a endogenia do desenvolvimento, ou o conhecido, desenvolvimento endógeno.

Desenvolvimento endógeno pode ser entendido como um processo de crescimento econômico que provoca um aumento constante na capacidade de agregação de valor sobre a produção da região, que resulta na ampliação do emprego, do produto e da renda local (AMARAL FILHO, 2001).

Boiser (2001 apud SAMPAIO; MARINI; PERONDI, 2014) enfatiza a importância da atuação pública nesse processo, ao considerar que o desenvolvimento endógeno resulta da intervenção política no processo de articulação dos atores locais e as diversas formas de capital intangível em um território. Diante disso, segundo o autor, a expressão desenvolvimento endógeno está assimetricamente ligada ao desenvolvimento regional/territorial/local.

Siebert (2006, p. 3), finaliza afirmando que “o desenvolvimento endógeno pressupõe o protagonismo dos atores locais, interagindo em laços de cooperação territorial que constituem o capital social de uma região”.

Em linhas gerais, Dallabrida (2006) afirma que compreender a importância da articulação dos atores sociais locais é fundamental para estimular o desenvolvimento territorial/local. Para isso, segundo o autor, faz-se necessário estabelecer uma análise acerca de duas dimensões: a tangível, baseada nos aspectos econômicos resultantes da interação entre os grupos locais, e a intangível, por meio da capacidade coletiva de realizar ações sociais que visem a melhoria na qualidade de vida da população.

Sendo assim, em síntese, entende-se que as forças endógenas no processo de desenvolvimento são uma fonte valiosa ao longo prazo tanto para o aumento do crescimento econômico como no fortalecimento e envolvimento entre grupos e/ou sociedade local, contribuindo assim na formação do capital social de uma região.

O termo capital social, é pioneiramente abordado por Bourdieu (1998) por meio da Teoria da Ação, onde as bases que estruturam determinado grupo ou redes são de ajuda mútua e visam o alcance das metas coletivas. Coleman (1990 apud DALLABRIDA, 2006), seguindo esta abordagem, complementa que o capital social é o resultado das ações comuns dos membros em prol do bem da coletividade, sendo que este bem comum não seria alcançado nas ações individuais. Nesse sentido,

O capital social está associado à própria noção de estratégias, pois elas são as que constroem, dentro das redes organizadas, as ligações de investimentos na produção, na transformação, no capital humano, enfim, são utilizadas em prol da inserção de cada membro no grupo, para fortalecer as afinidades e as ações adotadas coletivamente (KNOREK, 2013, p. 36).

Ou seja, o capital social é um valor construído por determinado grupo para benefício da coletividade e a forma que se organizam os esforços e forças dos indivíduos que compõem esse grupo são preponderantes para alcançar os objetivos propostos, grupais e individuais.

Sob uma ótica regionalista, Putnam (2006) contribui afirmando que o capital social é formado a partir do grau de confiança existente entre os atores locais e o comportamento cívico dos envolvidos, sendo visto como um fenômeno social e possui elementos intangíveis como base para as normas que regulam as relações dos indivíduos que constituem um grupo. O autor ainda conclui que a formação do capital social ocorre em quatro dimensões: i) nos valores éticos que dominam

um grupo; ii) na capacidade de associarem-se; iii) no nível de confiança nas inter-relações; e iv) na disseminação da consciência cívica.

Por outro lado, Woolcock (1998 apud SILVA et al., 2014) caracteriza o capital social em três diferentes tipos, conforme a posição das relações sociais:

- O *capital social institucional* é aquele que se estabelece por meio das relações existentes entre a sociedade civil e o Estado;
- O *capital social extracomunitário* refere-se àquelas relações externas estabelecidas entre a comunidade geradora de capital com os demais grupos sociais;
- O *capital social comunitário* é aquele que resulta das relações sociais internas entre os indivíduos.

Em vista da amplitude acerca dessa temática, o Banco Mundial (2003) desenvolveu o QI-MCS – Questionário Integrado para Medir Capital Social. Refere-se a uma ferramenta multidimensional focada na aplicação de pesquisas que buscam a mensuração do capital social para países em desenvolvimento. No Quadro 1 apresenta-se, de forma sintetizada, as seis dimensões do QI-MCS, tais foram as bases diretrizes aos pressupostos deste artigo.

Quadro 1 – As dimensões do QI-MCS

1 - <i>Grupos e redes</i> : comumente relacionada ao capital social, consideram a participação e o envolvimento de um membro em vários tipos de organização social e redes informais;
2 - <i>Confiança e solidariedade</i> : busca levantar dados sobre a confiança dos membros em suas relações sociais;
3 - <i>Ação coletiva e cooperação</i> : foca-se investigar as relações de trabalho e expectativas dos membros de determinada comunidade;
4 - <i>Informação e comunicação</i> : exploram questões referentes aos meios, acessos e a infraestrutura de comunicação e informação inerentes ao mercado e serviços públicos;
5 - <i>Coesão e inclusão social</i> : buscam identificar as diferenças e características que podem levar à conflitos, e;
6 - <i>Autoridade (empowerment) e ação política</i> : visam averiguar o sentimento de felicidade, eficácia pessoal e capacidades dos membros.

Fonte: Elaboração dos autores com base em Banco Mundial (2003).

Na perspectiva adotada pelo Banco Mundial, capital social é “a capacidade que uma sociedade possui para estabelecer laços de confiança e redes de cooperação entre seus membros. A qualidade das relações interpessoais depende das instituições, das relações e normas sociais de uma sociedade” (RABAIOLI, 2014, p. 18).

Sousa (2015, p. 27) acrescenta que o capital social no desenvolvimento regional, seria:

(...) o conjunto das características da organização social, que englobam as redes de relações, normas de comportamento, valores, confiança, obrigações e canais de informação, o capital social, quando existente em uma região, torna possível a tomada de ações de colaboração que resultam no benefício de toda a comunidade.

Portanto, capital social é o resultado das formas e relações, bem como a capacidade de determinada sociedade em cooperar, confiar e permear a reciprocidade idealizando o bem-estar de todos, caracterizando-se como um diferencial no desenvolvimento local. Nesse contexto, torna-se relevante compreender como as forças resultantes do capital social de um grupo – como por exemplo, o caso dos agricultores familiares e suas peculiaridades – podem contribuir para o desenvolvimento de uma região.

A riqueza de uma região está intimamente relacionada com o capital que ela possui, tornando-se preponderante compreender a sua constituição. Para Rattner (2003 apud SOUSA, 2015, p. 25, grifo nosso), o “capital” regional pode ser encontrado em quatro formas:

O *natural*, composto pelos recursos naturais aproveitáveis em cada espaço geográfico-ecológico; o *físico*, construído pela sociedade, tal como a infraestrutura, as máquinas e equipamentos, o sistema financeiro; o *humano*, resultado do nível de educação, saúde e acesso à informação da população, e o capital *social*, conceito inovador nas análises e propostas de desenvolvimento.

Sendo assim, a soma e a identificação destes capitais seria então, o ponto-chave para fomentar o desenvolvimento de uma localidade. Mas, especificamente, o capital social é visto, tanto pelo poder público quanto para os pesquisadores da área como um conceito importante para as análises desenvolvimentistas e para estudos direcionados ao entendimento da influência de fatores endógenos para contextos específicos.

Basso (2006, p. 202) acredita que “ao desenvolver-se estratégias para construir capital social como estímulo ao desenvolvimento rural, deve-se prestar atenção nas restrições, nas oportunidades e nas potencialidades que derivam das várias dimensões do contexto local-regional”.

No atual cenário capitalista e competitivo, tanto no meio rural como no urbano, torna-se preponderante avaliar a consistência dos fatores que permeiam e constituem as relações sociais, especialmente ao considerar a heterogeneidade e a endogenia das regiões. Isso poderia ser feito por meio da identificação das peculiaridades locais e das externalidades negativas advindas pelo ambiente externo a fim de fortalecer o ambiente interno, assim, os aspectos endógenos das

relações sociais de determinado grupo ou localidade se tornariam um diferencial na superação das desigualdades (PEREIRA; CARNIELLO; SANTOS, 2011).

É com base nesse pressuposto que se reconhece a importância das peculiaridades e dos valores advindos nas formas de reprodução e das relações sociais que são adotados pela agricultura familiar, o que se torna significativo para o desenvolvimento social e econômico de uma região. Sobre isso, Silva et. al (2014) contribuem afirmando que entre os pequenos produtores, a ação coletiva possibilita desenvolver uma maior integração social e econômica por meio, por exemplo, da barganha de mercados e na redução dos custos de transações. Isso consubstanciaria em melhorias na qualidade de vida e fomentaria a cultura associativista que, segundo os autores, favorece a troca de informações e experiências entre os produtores.

Ademais, Savoldi e Cunha (2010, p. 30) acrescentam:

A agricultura familiar, além da produção agrícola propriamente dita, inclui as retribuições rituais dos filhos e netos em relação aos pais e avós e dos pais e avós em relação a filhos e netos. Isso quer dizer que doações periódicas e remessas econômicas oriundas de ganhos obtidos em outros setores da economia.

Portanto, as relações (formais e informais) que são construídas com base na cooperação e confiança entre os agricultores familiares tornam os princípios do capital social em estratégias para minimizar as limitações socioeconômicas impostas na atual conjuntura rural.

Materiais e métodos

Ao que se refere ao escopo metodológico, a abordagem do presente estudo caracteriza-se em uma pesquisa qualitativa, complementada por dados quantitativos, ou seja, por métodos mistos. Com relação à natureza, é uma pesquisa aplicada, quanto aos objetivos, descritiva e exploratória. E quanto aos procedimentos, classifica-se em uma pesquisa de campo.

Diante do objetivo central proposto, a pesquisa de campo tornou-se indispensável, pois por meio dela foi possível buscar o aprofundamento das questões propostas focalizadas a um único grupo ou comunidade e, em termos de sua estrutura social, e ainda observar a interação dos seus componentes (GIL, 2002).

As pesquisas de campo aconteceram nos primeiros dias do mês de dezembro de 2016. E foram direcionados aos agricultores familiares que estão organizados por meio Cooperativa dos Produtores do Assentamento Itamarati II (Cooperai). Entre

os 45 membros cadastrados, segundo informações disponibilizadas pela própria Cooperai, foram selecionados 20, tendo em vista os seguintes critérios: i) os cooperados ativos e participantes das atividades da cooperativa nos últimos meses²; e, ii) o acesso às propriedades, levando em consideração a distância e a condição de acesso das estradas³.

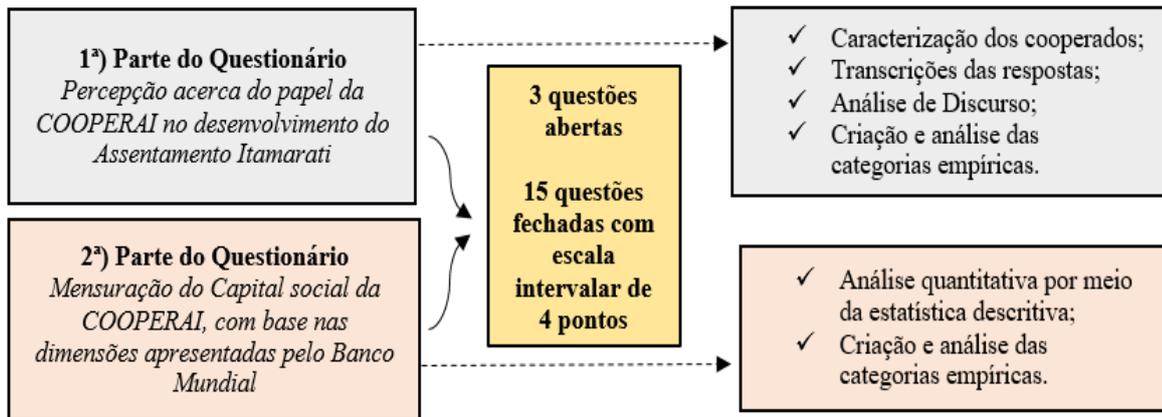
As entrevistas ocorreram *in loco* e foram norteadas por um questionário subdividido em duas partes. A primeira parte consistia em três questões abertas que objetivavam compreender a percepção dos cooperados sobre o desenvolvimento do Assentamento Itamarati, em um aspecto geral e tendo em vista o papel realizado pela cooperativa. Estes dados foram analisados com a técnica da análise de discurso, para isso, estabeleceu-se categorias empíricas *a posteriori*, que foram formadas a partir da transcrição das entrevistas e estruturando os aspectos mais importantes apontados. A segunda parte do questionário foi composta por 15 questões fechadas com escala intervalar crescente de quatro pontos, cuja variância partia do “discordo totalmente” ao “concordo totalmente”. Para essa parte, utilizou-se as bases e diretrizes apresentadas pelas seis dimensões de capital social adotadas pelo Banco Mundial (2003). Evidentemente, foram necessárias adaptações para a realidade local e aos objetivos propostos pela pesquisa, visando identificar a consistência das relações sociais entre os agricultores cooperados. Os dados obtidos nessa etapa foram analisados por meio da estatística descritiva (média, mediana e desvio padrão) em que os dados foram tabulados pelo Excel 2013, e assim, como na primeira parte, algumas categorias empíricas foram criadas para complementar e organizar o entendimento. Na figura 1 apresentam-se, de forma simplificada, todos os procedimentos metodológicos que foram adotados neste estudo.

É necessário ressaltar que se encontraram limitações (técnicas e financeiras) além das condições climáticas já mencionadas, o que impossibilitou a visita a todas as propriedades dos 20 cooperados selecionados. Entretanto, diante das distintas percepções e características heterogêneas dos cooperados entrevistados, acredita-se que o objetivo central proposto pela pesquisa pôde ser alcançado.

² Essa participação foi mensurada considerando os dados internos e a atuação proporcional de cada cooperado nas atividades realizadas entre os meses de agosto a novembro de 2016. Esses dados foram disponibilizados pela administração da cooperativa por meio das planilhas de controle, ordenados e analisados pelos autores.

³ Chuvas intensas e constantes no período definido para as visitas de campo, prejudicaram o acesso a 7 propriedades mais afastadas, pois as estradas estavam intransitáveis.

Figura 1 – Síntese do escopo metodológico da pesquisa de campo



Fonte: Elaboração dos autores.

Salienta-se ainda que, conforme determina Gil (2002), a fim de garantir a confiabilidade e o caráter científico da pesquisa, devido ao nível de escolaridade de alguns cooperados, durante as visitas os pesquisadores preocuparam-se em formular as perguntas da forma que estas foram redigidas e repetidas quando não bem entendidas, evitando-se explicações e apontamentos pessoais.

Desenvolvimento do Assentamento Itamarati e o capital social da Cooperai

A criação de cooperativas e associações constitui um movimento que tende a impulsionar o desenvolvimento rural, ao organizar a produção, agregar valor e facilitar a comercialização dos pequenos produtores, propiciando-lhes a inserção nos mercados locais (RIBEIRO; NASCIMENTO; SILVA, 2012).

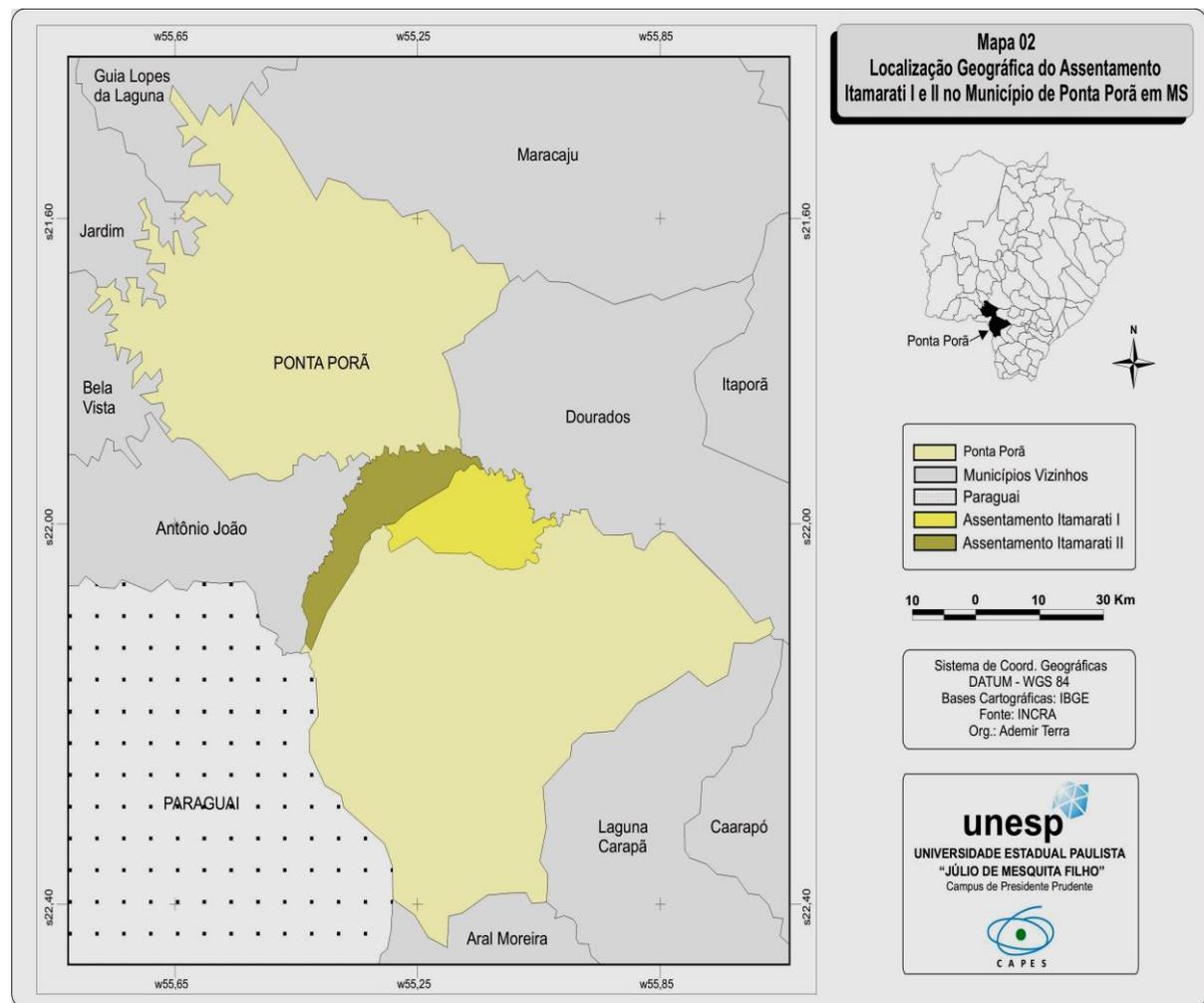
Ao delimitar este estudo à cooperativa em questão, buscou-se aprimorar de forma mais profícua o entendimento acerca da principal proposta de pesquisa: qual a contribuição do capital social da agricultura familiar para o desenvolvimento endógeno do Assentamento Itamarati? Mas, antes disso, é fundamental tecer algumas considerações sobre o Assentamento Itamarati e da Cooperai.

Localizado na parte central do território do município sul-mato-grossense de Ponta Porã (ver figura 2) os assentamentos Itamarati I e II ocupam uma extensão territorial de cerca de 26 mil hectares e alocaram inicialmente quase três mil famílias (TERRA, 2009).

Segundo Terra (2009), a área em que hoje estão instalados os assentamentos rurais Itamarati I e II é marcada historicamente pelo estigma dos empreendimentos

faraônicos, megalomaniacos e por conflitos fundiários, econômicos e políticos⁴. Eles são originários da antiga Fazenda Itamarati, que foi comprada em novembro de 2000 pelo governo federal com um astucioso projeto de criação de um mega-assentamento rural (TERRA, 2009).

Figura 2 – Localização geográfica do Assentamento Itamarati I e II



Fonte: Terra (2008, p. 9).

Em linhas gerais, a constituição do Assentamento Itamarati contemplou quatro grupos de movimentos sociais: Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), Federação dos Trabalhadores na Agricultura (Fetagri), Central Única de Trabalhadores Rurais (CUT-Rural), Federação da Agricultura Familiar (FAF) e Associação dos Ex-funcionários e Moradores da Fazenda Itamarati (Amffi). E em

⁴ Para informações detalhadas sobre o processo de formação do Assentamento Itamarati, recomenda-se a leitura da tese de doutorado de Ademir Terra (2009).

razão da grande estrutura existente da antiga Fazenda Itamarati, a distribuição dos lotes constituiu-se em sistema sócio proprietário, com lotes individualizados que eram destinados principalmente à produção de subsistência, e em lotes coletivos de uso comum a todos os produtores (TERRA, 2009; ANDRADE et al., 2010).

A Cooperativa dos Produtores do Assentamento Itamarati II (Cooperai), foi criada em 7 de setembro de 2008 com o objetivo de congregar produtores agropecuaristas em sua área de atuação, visando o interesse econômico dos mesmos por meio da realização de diversas atividades de caráter comercial e burocrático (COOPERAI, 2008).

Ao direcionar o enfoque para a proposta desta pesquisa, apresenta-se na Tabela 1 algumas características dos agricultores cooperados que participaram da pesquisa de campo:

Tabela 1 – Dados básicos: cooperados (as)

Dados Básicos	Idade	Escolaridade	Tempo no Assentamento	Tempo na Cooperativa
<i>Cooperado 1</i>	46	Médio completo	11 anos	8 anos
<i>Cooperado 2</i>	39	Superior completo	11 anos	2 anos
<i>Cooperado 3</i>	48	Fundamental completo	14 anos	8 anos
<i>Cooperada 4</i>	46	Alfabetizada	14 anos	8 anos
<i>Cooperado 5</i>	45	Médio completo	14 anos	6 anos
<i>Cooperada 6</i>	40	Médio completo	14 anos	6 anos
<i>Cooperada 7</i>	53	Fundamental incompleto	14 anos	3 anos
<i>Cooperado 8</i>	54	Fundamental completo	14 anos	4 anos
<i>Cooperada 9</i>	54	Fundamental incompleto	11 anos	8 anos
<i>Cooperado 10</i>	55	Alfabetizado	11 anos	2 anos
<i>Cooperada 11</i>	49	Alfabetizada	11 anos	2 anos
<i>Cooperada 12</i>	57	Fundamental incompleto	11 anos	8 anos
<i>Cooperado 13</i>	42	Fundamental incompleto	11 anos	8 anos

Fonte: Pesquisa de campo (2016).

Com base nas informações acima, observa-se que: i) todos os cooperados encontram-se no assentamento há mais de 10 anos; ii) sendo que destes, cerca de 70% possuem escolaridade até o fundamental completo; iii) a faixa etária varia de 39 a 57 anos; e iv) nove dos cooperados, participam da cooperativa há mais de quatro anos.

A primeira pergunta aberta na entrevista tinha por objetivo compreender acerca do “sentimento dos agricultores na realização dos trabalhos rurais” e “sobre a satisfação em residirem no local”. Acredita-se que estes são fatores determinantes

para o entendimento que as atividades da agricultura familiar satisfazem as vontades pessoais. O quadro 2 apresenta todas as percepções obtidas:

Quadro 2 – Percepções sobre o trabalho e a vida no campo

<i>Cooperado 1</i>	“Me sinto bem, porque gosto do que eu faço, e gosto daqui porque nasci no município.”
<i>Cooperado 2</i>	“Me identifico com as atividades desenvolvidas, gosto de residir no local, por ser agricultor e de me identificar com o meio rural.”
<i>Cooperado 3</i>	“[...] gosto de morar aqui porque escolhi morar.”
<i>Cooperada 4</i>	“Sim, não trocaria aqui por nada. Eu gosto daqui demais”
<i>Cooperado 5</i>	“Sim, bastante, gosto do trabalho na terra.”
<i>Cooperada 6</i>	“Gosto da tranquilidade, apesar das dificuldades de infraestrutura.”
<i>Cooperado 7</i>	“Gosto muito de produzir aqui.”
<i>Cooperado 8</i>	“Gosto muito. Já morei na cidade e não gosto do ritmo, gosto da flexibilidade e a autonomia do trabalho rural.”
<i>Cooperada 9</i>	“Sim, muito feliz. Me criei gostando da agricultura, acho que eu entraria em depressão se tivesse que parar de trabalhar.”
<i>Cooperada 10</i>	“É a nossa opção de vida aqui no lote, trabalhar na terra. A gente toda vida viveu no campo.”
<i>Cooperada 11</i>	“Gosto sim.”
<i>Cooperada 12</i>	“Adoro! A gente se acostuma a trabalhar na terra, eu me sentiria muito infeliz em outro lugar, pois gosto de trabalhar no campo.”
<i>Cooperado 13</i>	“Gosto sim, apesar da dificuldade e a concorrência para comercializar os produtos.”

Fonte: Pesquisa de campo (2016).

Fica evidente em todas as respostas que há uma forte predominância do sentimento de satisfação e até mesmo de certa ligação afetiva com o trabalho na terra. Com isso, constitui-se a primeira categoria empírica do estudo: identificação e pertencimento.

A análise das respostas inerentes aos pontos fortes e os que precisam ser melhorados foram obtidos com a segunda questão, que visou identificar os fatores que, na percepção dos entrevistados, contribuíram para o desenvolvimento no Assentamento Itamarati. Destacaram-se os seguintes aspectos: instalação e distribuição de luz elétrica, pontos de internet (via rádio), educação, implantação de postos de saúde e o acesso às políticas públicas (por exemplo: o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar [Pronaf]).

No entanto, identificou-se que a infraestrutura das estradas é vista pela maioria como determinante para melhorar as condições de vida, tanto no aspecto social como no aspecto econômico, pois isso afeta o desempenho das atividades de

comercialização e de socialização. Esse aspecto constituiu a segunda categoria empírica: precariedade em infraestrutura.

Com a terceira questão buscou-se captar as percepções dos respondentes acerca do papel que a Cooperai desempenha no assentamento. No quadro 3 estão algumas das percepções positivas obtidas sobre esse desempenho:

Quadro 3 – Percepção acerca do papel da cooperativa no assentamento

<i>Cooperado 2</i>	“Sim, é um meio de organizar os agricultores para poderem comercializar, mas é preciso avançar mais para melhorar.”
<i>Cooperada 4</i>	“Sim. Na comercialização dos produtos.”
<i>Cooperada 6</i>	“Sim, pois os produtos da horta (alface, repolho, couve) seria mais complicado vender, e a cooperativa ajudou a vender.”
<i>Cooperado 10</i>	Sim, pra nós sim que somos cooperados... Isso foi muito bom, e eu creio que vai ser melhor se correr tudo bem... E você sabe tudo depende do chefe, se ele for bom, vai ser bom pra todos mas se ele fizer errado, daí vai dar tudo errado.
<i>Cooperada 12</i>	“Muito. Para quem participa das atividades da cooperativa tem melhorado nas condições do lote, a gente nota isso. E assim ajuda no desenvolvimento do assentamento.”

Fonte: Pesquisa de campo (2016).

Entretanto, alguns cooperados concordam em partes que a cooperativa auxiliou, e estes acrescentam que, em suas percepções, ela poderia ajudar ainda mais e ressaltam que alguns problemas no começo da gestão afetaram significativamente na efetividade dos resultados atuais devido a presença de oportunistas (quadro 4). Esse aspecto caracteriza a última categoria empírica: vulnerabilidade da gestão.

Quadro 4 – Outras percepções acerca do papel da cooperativa no assentamento

<i>Cooperado 8</i>	“Com certeza melhorou, mas no começo da cooperativa tinha muitos oportunistas. Mas agora está ótimo, se continuar assim vai melhorar ainda mais.”
<i>Cooperada 9</i>	“Melhorou, mas acho que poderia ter melhorado ainda mais. Só que por causa da má gestão no começo, apenas agora está caminhando.”

Fonte: Pesquisa de campo (2016).

Portanto, no que tange à primeira etapa da pesquisa, em termos gerais, identificou-se que as atividades desempenhadas pela Cooperai, na percepção dos cooperados, embora tenha trazido significativos retornos positivos, ainda está sujeita ao risco de que os interesses particulares de alguns gestores se sobressaiam aos da coletividade.

Entretanto, pode-se concluir que, conforme a percepção da maioria, a criação da cooperativa contribuiu ao organizar os atores locais e as atividades produtivas do grupo em prol do desenvolvimento socioeconômico do Assentamento Itamarati.

Na segunda parte da entrevista, buscou-se estabelecer alguns parâmetros que indicassem como as relações sociais entre os membros da Cooperai encontram-se. Para isso, 15 questões foram direcionadas e elaboradas nas dimensões apresentadas pelo modelo do QI-MCS (BANCO MUNDIAL, 2003). As categorias empíricas criadas nesse momento, foram as seguintes:

- 1^a) Satisfação econômica;
- 2^a) Relacionamentos interpessoais;
- 3^a) Amizade e confiança;
- 4^a) Cooperação e reciprocidade;
- 5^a) Trocas de informações e conhecimentos.

A categoria “satisfação econômica” foi construída visando obter informações sobre os benefícios econômicos trazidos para o agricultor ao fazer parte da cooperativa. Observou-se, a partir das respostas (tabela 2), que a percepção entre os cooperados é positiva, variando do “concordo parcialmente” a “concordo totalmente”. Além disso, ressalta-se que as médias são altas e os desvios-padrão relativamente baixos nas duas questões, o que indica certa consistência entre as respostas.

Tabela 2 – Categoria “satisfação econômica”

	“Melhorias nas condições econômicas”	“Importância econômica em participar da Cooperativa”
<i>Média</i>	3,69	3,61
<i>Mediana</i>	4	4
<i>Desvio Padrão</i>	0,48038	0,50636

Fonte: Pesquisa de campo (2016).

A construção da segunda categoria, “relacionamentos interpessoais” (tabela 3), abrangeu respostas às questões que visavam compreender como se constituíam as relações sociais entre os membros da Cooperai.

Nessa ocasião, observou-se algo significativo, no que se referem “às visitas e encontros para lazer entre os cooperados”, as médias obtidas indicaram que a maioria dos cooperados não se encontram com frequência. Sobre isso, é válido lembrar que a extensão territorial do Assentamento Itamarati é grande e os cooperados residem longe um dos outros. Outrossim, ressalta-se que o trabalho

rural demanda cuidados diários e a mão de obra familiar é pequena, e isso pode acabar limitando o tempo disponível para lazer.

Por outro lado, observou-se que quando questionado sobre o “contato fora da cooperativa”, a média das respostas é alta e o desvio-padrão baixo, o que significa que a maioria dos cooperados estabelecem contatos entre si, fora das atividades realizadas na cooperativa. Entretanto, a média da “frequência das visitas” não foi alta, indicando que essas relações sociais ocorrem, na maioria das vezes, a distância (via SMS, telefonemas, redes sociais etc.) e fisicamente apenas entre poucos cooperados que residem próximos um dos outros.

Tabela 3 – Categoria “relacionamentos interpessoais”

	“Contato com outros membros fora da cooperativa”	“Frequência de visitas a outros lotes”	“Realização de atividades de lazer”
<i>Média</i>	3,69	2,46	2,23
<i>Mediana</i>	4	3	2
<i>Desvio Padrão</i>	0,48038	1,12660	1,16575

Fonte: Pesquisa de campo (2016).

Nas tabelas 4 e 5, respectivamente, as categorias “amizade e confiança” e “cooperação e reciprocidade” apresentam dados que complementam a análise acerca do tipo de relações sociais construídas pelo grupo analisado. Fica evidente que os elementos e princípios do cooperativismo agregam valor e indicam que o capital social dos agricultores familiares da Cooperai é presente e forte.

Tabela 4 – Categoria “amizade e confiança”

	“Felicidade ao participar da cooperativa”	“Considerar membros como amigos”	“Confiar nos outros cooperados”
<i>Média</i>	3,92	3,84	3
<i>Mediana</i>	4	4	3
<i>Desvio Padrão</i>	0,27735	0,37553	0,57735

Fonte: Pesquisa de campo (2016).

Tabela 5 – Categoria “cooperação e reciprocidade”

	“Disposição em ajudar os outros”	“Acredita da disposição dos outros”
<i>Média</i>	3,53	3,15
<i>Mediana</i>	4	3
<i>Desvio Padrão</i>	0,51887	0,68873

Fonte: Pesquisa de campo (2016).

Essas duas tabelas (4 e 5) indicam claramente que a terceira e a quarta categorias são compostas por questões que obtiveram apenas médias altas e desvios-padrão relativamente baixos. Isso significa que os laços formados entre os cooperados são de amizade mútua e com certa confiança e ainda refletem cooperação e reciprocidade nas ações do grupo.

Por fim, ao analisar os dados acerca das questões sobre a disseminação e compartilhamento de conhecimentos entre os membros, seja por meio das experiências individuais ou no suporte oferecido pela cooperativa, observou-se que as médias obtidas na categoria “trocas de informações e conhecimentos” variam entre os parâmetros de concordância (tabela 6). No entanto, com relação à “troca de conhecimentos entre os cooperados”, apesar da média ser boa, o desvio-padrão encontrado é elevado, o que remete à uma discrepância nas opiniões. Ou seja, alguns membros acreditam que a interação e o compartilhamento de experiências poderiam melhorar. Isso pode se dar em razão do pouco contato interpessoal fora da cooperativa, como identificado na categoria 2 (vide tabela 3)

Tabela 6 – Categoria “troca de informações e conhecimentos”

	“A cooperativa oferece informações e apoio”	“Conhecimento trocado entre os membros”
<i>Média</i>	3,69	3,23
<i>Mediana</i>	4	4
<i>Desvio Padrão</i>	0,48038	1,23516

Fonte: Pesquisa de campo (2016).

Apesar disso, fica evidente que a cooperativa tem oferecido suporte técnico para melhorar os processos produtivos aos seus membros. Sobre isso, é válido acrescentar que em visitas à sede da Cooperai, observou-se a existência de redes de informática, com conectividade e uso de recursos tecnológicos para a otimização e organização dos dados internos pelo presidente e o secretário administrativo, bem como diversos *folders* e cartilhas informativas estavam expostos e disponíveis aos cooperados.

Considerações finais

Com todas as transformações ocorridas no meio rural brasileiro nas últimas décadas, a agricultura familiar vem se destacando de forma significativa. Ao buscar novas formas de interação com o meio urbano e sua perenização no campo, os pequenos produtores têm visto no cooperativismo uma estratégia efetiva para isso.

Em sua atuação multifacetada, a agricultura familiar tem contribuído na reconstrução de uma nova categoria social rural, normalmente marginalizada e excluída dos moldes e padrões do novo agronegócio, especialmente quando se trata dos advindos de conflitos fundiários e da reforma agrária, como é o caso dos agricultores do Assentamento Itamarati.

Tendo em vista esse cenário, esta pesquisa buscou apontar as contribuições tangíveis e intangíveis que a interação de um pequeno grupo de produtores familiares pode oferecer para melhorar a qualidade de vida da coletividade e fomentar o desenvolvimento social e econômico de um assentamento rural.

Contextualizando com o objetivo proposto, os resultados obtidos nesse estudo permitem traçar algumas considerações: i) todos os agricultores entrevistados possuem um sentimento de identificação e pertencimento com a vida no campo; ii) a maioria deles acredita que apesar dos pontos fortes, o assentamento ainda é precário, principalmente no que se refere à infraestrutura de transporte (condições das estradas), que dificultam desde o escoamento da produção até a uma maior aproximação entre os membros; iii) a Cooperai atua como um indutor para o desenvolvimento no local e ainda como uma intermediadora efetiva ao unificar atividades nos âmbitos social, instrutivo e econômico; e iv) há fortes indícios intangíveis como confiança, reciprocidade e amizade permeando nas relações sociais e nas atividades realizadas pela cooperativa, indicando um alto capital social.

Em síntese, sob a perspectiva dos agricultores, a Cooperai, além de fomentar o crescimento econômico do Assentamento Itamarati por meio de suas relações comerciais ao organizar a produção e sua distribuição, também vem atuando como uma mediadora social, disseminando ações em prol da integração e o fortalecimento da agricultura familiar em um assentamento rural.

Referências

AMARAL FILHO, J. A endogeneização no desenvolvimento econômico regional e local. **Planejamento e Políticas Públicas**, n. 23, p. 261-286, jun./2001.

ANDRADE, E. S.; DRESCH, L. O.; TREDEZINI, C. A. O.; BITENCOURT, M. N.; PEREIRA, R. C. A crise do sistema sócio proprietário de produção nas Unidades I e II do Assentamento Itamarati em Ponta Porã/MS. **48. Congresso da Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural: Tecnologia, desenvolvimento e integração social**. 25 a 28 de julho de 2010.

BANCO MUNDIAL. **Questionário integrado para medir capital social** (= Grupo temático sobre capital social), 2003.

BASSO, D. Capital social e estratégias de reprodução das famílias. In: BAQUERO, M.; CREMONESE, D. (Org.) **Capital social: teoria e prática**. Ijuí: Departamento de Ciências Sociais/Programa de Pesquisa em Ciências Sociais, 2006.

BUAINAIN, A.M.; ROMEIRO, A; **A agricultura familiar no Brasil: agricultura familiar e sistemas de produção**. Projeto: UTF/BRA/051/BRA, março de 2000.

BUAINAIN, A. M.; GUANZIROLI, C.; SOUZA FILHO, H. M.; BÁNKUTI, F. I. “Peculiaridades regionais da agricultura familiar brasileira”. In: SOUZA FILHO, H. M.; BATALHA, M. O. **Gestão integrada da agricultura familiar**. São Carlos: Ed. UFSCar, 2005.

BOURDIEU, P. O capital social: notas provisórias. In: NOGUEIRA, M. A.; CATANI, A. (Org.) **Escritos de educação**. Petrópolis: Vozes, 1998.

COOPERAI - Cooperativa dos Produtores do Assentamento Itamarati II, 2008. Estatuto Social – registrado na Junta Comercial de Mato Grosso do Sul em 23/02/2016 (arquivo interno disponibilizado pela cooperativa).

DALLABRIDA, V. R. “A dimensão intangível do desenvolvimento: algumas reflexões preliminares”. In: BAQUERO, M.; CREMONESE, D. (Org.) **Capital social: teoria e prática**. Ijuí: Departamento de Ciências Sociais/Programa de Pesquisa em Ciências Sociais, 2006.

DINIZ, C. C.; SANTOS, F.; CROCCO, M. Conhecimento, inovação e desenvolvimento regional/local. In: DINIZ, C. C.; CROCCO, M. (Org.) **Economia regional e urbana: contribuições teóricas recentes**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2006.

FEIJÓ, R. L. C. **Economia agrícola e desenvolvimento rural**. Rio de Janeiro: LTC, 2011.

FERREIRA, G. A. L.; **A proposta da política Pronaf para a agricultura familiar e seus resultados em Palotina-PR**. Dissertação (Mestrado em Geografia). Programa de Pós-graduação em Geografia, Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 2004.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4 ed. São Paulo: Atlas, 2002.

HADDAD, P. R. Capitais intangíveis e desenvolvimento regional. **Revista de Economia**, v. 35, n. 3 (ano 33), p. 119-146, set./dez. 2009.

IBGE, **Censo agropecuário 2006**: agricultura familiar (Primeiros Resultados). Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2009. Disponível em: <<http://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=750>>. Acesso em: ago. 2016.

INCRA-Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. **Relatório sobre as informações gerais dos assentamentos**. Superintendência Regional de Mato Grosso do Sul (SR-16), 2017. Disponível em: <<http://painel.incra.gov.br/sistemas/index.php>>. Acesso em: dez. 2017.

KNOREK, R. Capital social na agricultura familiar: uma apreciação sobre a sustentabilidade no projeto de agronegócio em Bela Vista do Toldo-SC. In: MILLANI, M. L.; NECKEL, N. R. N. (Org.) **Capital social**: arte, ciência, cultura e desenvolvimento regional. Curitiba: Kairós, p. 31-51, 2013.

LIMA, J. F. O espaço e a difusão do desenvolvimento econômico regional/local. In: PIANCENTI, C. A.; LIMA, J. F.; EBERHARDT, P. H. (Org.) **Economia e desenvolvimento regional**. Foz do Iguaçu: Parque Itaipu, 2016.

MATTEI, L. O papel e a importância da agricultura familiar no desenvolvimento rural brasileiro contemporâneo. **Revista Economia NE**, v. 45 (suplemento especial), p. 71-79, 2014.

MELO, D. S. A luta pela terra em Mato Grosso do Sul: o MST e o protagonismo da luta na atualidade. **Revista NERA**, ano 20, n. 39 (Dossiê), p. 133-160, 2017.

PEREIRA, J. R. O.; CARNIELLO, M. F.; SANTOS, M. J. Os instrumentos de mensuração do capital social: principais diferenças entre métodos reconhecidos mundialmente. **XIV Encontro Latino Americano de Iniciação Científica; X Encontro Latino Americano de Pós-Graduação**. Universidade do Vale do Paraíba: 2011.

PUTNAM, R. **Comunidade e democracia**: a experiência da Itália Moderna. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getúlio Vargas, 2006.

RABAIOLI, V. **Papel do capital social no desenvolvimento da região oeste de Santa Catarina**. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Local). Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Local, UCDB. Campo Grande, 2014.

RAMBO, J. R.; TARSITANO, M. A. A.; LAFORGA, G. Agricultura familiar no Brasil: conceito em construção, trajetória de lutas, história pujante. **Revista de Ciências Agroambientais**. v. 14, n. 1, p. 86-96, 2016.

RIBEIRO, K. L.; NASCIMENTO, D. C.; SILVA, J. F. B. **A importância das cooperativas agropecuárias para o fortalecimento da agricultura familiar: o caso da Associação de Produtores Rurais do Núcleo VI, Petrolina-PE.** II Encontro Brasileiro de Pesquisadores do Cooperativismo. Porto Alegre: 2012.

SAMPAIO, G. C.; MARINI, M. J.; PERONDI, M. A. Capital social e desenvolvimento regional: uma revisão bibliométrica. **III Congresso Nacional de Pesquisa em Ciências Sociais Aplicadas.** Francisco Beltrão, 2014.

SANGALLI, A. R. **Assentamento Lagoa Grande em Dourados-MS: aspectos socioeconômicos, limitações e potencialidades para o seu desenvolvimento.** Dissertação (Mestrado em Agronegócios). Programa de Pós-graduação em Agronegócios, Universidade Federal da Grande Dourados. Dourados, 2013.

SAVOLDI, A; CUNHA, L. A. Uma abordagem sobre a agricultura familiar, Pronaf e a modernização da agricultura no Sudoeste do Paraná da década de 1970. **Revista Geografar**, v. 5, n. 1, p. 25-45, 2010.

SCHNEIDER, S. **A pluriatividade na agricultura familiar.** 2 ed. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2009.

SEMADE-Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Econômico. **Diagnóstico socioeconômico de Mato Grosso do Sul.** 2015. Disponível em: <http://www.semagro.ms.gov.br/wpcontent/uploads/2017/06/Diagnostico_Socioeconomico_de_MS_20151.pdf>. Acesso em: abr. 2019.

SIEBERT, C. Endogenia e heteronomia: a experiência de Santa Catarina com o Projeto Meu Lugar. **III Seminário Internacional sobre Desenvolvimento Regional.** Santa Cruz do Sul: UNISC, 2006.

SILVA, J. M.; MENDES, E. de P. P. Agricultura familiar no Brasil: a comunidade Cruzeiro dos Martírios, município de Catalão-GO. **Anais do XIX Encontro Nacional De Geografia Agrária.** São Paulo: 2009.

SILVA, G. G.; CHEUNG, T. L.; VILPOUX, O. F.; SANCHES, F. T. Capital social e cooperação na agricultura familiar: uma análise comparativa entre os estados de Mato Grosso do Sul e Santa Catarina. **Organizações Rurais & Agroindustriais**, v. 16, n. 2, p. 153-166, 2014.

SOUSA, G. M. R. **Capital social e desenvolvimento da agricultura familiar no Ceará.** Dissertação (Mestrado em Economia Rural). Programa de Pós-graduação em Economia Rural, Universidade Federal do Ceará. Fortaleza, 2015.

SOUZA, A. B. Notas sobre agricultura familiar e sustentabilidade. **Geo UERJ**, n. 11, p. 33-45, 2002.

TERRA, A. **Reforma agrária por conveniência e/ou por pressão?** Assentamento Itamarati em Ponta Porã-MS: “O pivô da questão”. Tese (Doutorado em Geografia). Programa de Pós-graduação em Geografia, UNESP. Presidente Prudente, 2009.

TERRA, A. O estigma do modelo megalomaniaco: da Fazenda Itamarati ao Assentamento Itamarati. In: III Simpósio sobre Reforma Agrária e Assentamentos Rurais. **Anais...** Araraquara-SP: Uniara, vol. Único, p. 1-20, 2008.

WANDERLEY, M. N. B. Raízes históricas do campesinato brasileiro. In: TEDESCO, J. C. (Org.) **Agricultura familiar**: realidades e perspectivas. Passo Fundo: EDIUPF, p.23-56, 1999.

Endereço para correspondência:

Aline Robles Brito – alinerobles.brito@gmail.com
Rodovia BR-463, km 14
79909-000 Ponta Porã/MS, Brasil

Carlos Otávio Zamberlan – otaviozamberlan@gmail.com
Rua Itiberé Vieira, S/N – Bairro Residencial Júlia de Oliveira Cardinal
79907-414 Ponta Porã/MS, Brasil